

Art. 21. Ficam excluídas do Anexo III da Instrução Normativa BCB nº 433, de 2023, as seguintes rubricas contábeis:

Código da Conta	Nome da Conta	Estban	Função
9.3.3.00.00-0-1	Créditos Baixados como Prejuízo	-	
9.3.3.10.00-0-0	CRÉDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO - ESTOQUE	-	Registrar o valor contábil dos créditos baixados como prejuízo, observando que: I - os valores somente podem conter as receitas e encargos de qualquer natureza reconhecidos contabilmente; e II - eventuais ajustes nos valores existentes na mencionada conta podem ser efetuados mediante a utilização de subtítulos de uso interno, para controle gerencial do saldo devedor da operação.
9.3.3.10.10-0-7	Créditos Baixados nos Últimos 12 Meses	-	
9.3.3.10.15-0-2	Créditos Baixados entre 13 e 48 Meses	-	
9.3.3.10.20-0-4	Créditos Baixados Há Mais de 48 Meses ou Vencidos Há Mais de 5 Anos	-	

Art. 22. O disposto nesta Instrução Normativa aplica-se aos documentos contábeis elaborados a partir da data-base de julho de 2025.

Art. 23. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de julho de 2025.

MARDILSON FERNANDES QUEIROZ

## Controladoria-Geral da União

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.436, DE 9 DE MAIO DE 2025

O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, inciso I, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, e considerando o disposto nos artigos 19 e 20 do Regimento Interno da Comissão de Coordenação de Controle Interno - CCCI, aprovado pela Portaria nº 1.028, de 22 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º Publicar a Deliberação nº 02/2025, da Comissão de Coordenação de Controle Interno - CCCI, aprovada em sessão realizada em 24 de abril de 2025, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO

ANEXO

Deliberação CCCI nº 02/2025: Responsabilidades do Órgão Central do Sistema de Gestão de Riscos e Controles Internos, das UAIG e das AECI no processo de Gestão de Riscos e Controles Internos

A Comissão de Coordenação de Controle Interno, no uso das competências conferidas pelo art. 23 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e pelo art. 3º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria CGU nº 1.028, de 22 de abril de 2015, Considerando que:

a) O art. 1º do Anexo I do Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023, nos termos definidos pela Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, estabelece a CGU como "... órgão central do Sistema de Gestão de Riscos e Controle Interno do Poder Executivo federal...", considerando, para além da sua função precípua de orientação normativa e supervisão técnica da atividade de auditoria interna governamental, o "X - suporte à gestão de riscos";

b) O Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo federal, aprovado pela Instrução Normativa SFC nº 3, de 9 de junho de 2017, estabelece que "7. A estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal deve contemplar as três linhas de defesa da gestão ou camadas, a qual deve comunicar, de maneira clara, as responsabilidades de todos os envolvidos, provendo uma atuação coordenada e eficiente, sem sobreposições ou lacunas";

c) O Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo federal, aprovado pela Instrução Normativa SFC nº 3, de 9 de junho de 2017, estabelece que "16. As UAIG devem apoiar os órgãos e as entidades do Poder Executivo Federal na estruturação e efetivo funcionamento da primeira e da segunda linha de defesa da gestão, por meio da prestação de serviços de consultoria e avaliação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos";

d) O Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo federal, aprovado pela Instrução Normativa SFC nº 3, de 9 de junho de 2017, estabelece que "13. Os Assessores e Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI) nos Ministérios integram a segunda linha de defesa e podem ter sua atuação complementada por outras estruturas específicas definidas pelas próprias organizações"; e

e) O Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo federal, aprovado pela Instrução Normativa SFC nº 3, de 9 de junho de 2017, estabelece que as instâncias da segunda linha devem "12... apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da primeira linha de defesa, que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento".

Resolve:

O Sistema de Gestão de Riscos e Controle Interno do Poder Executivo federal deve atuar de forma integrada e colaborativa com vistas a promover o desenvolvimento e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos e controles, consideradas as suas respectivas competências institucionais.

A CGU, enquanto órgão central do Sistema de Gestão de Riscos e Controle Interno do Poder Executivo federal, deve:

a) fornecer orientação normativa e supervisão técnica às UAIG com vistas a uniformizar e qualificar sua atuação como instância de assessoramento e avaliação dos processos de gestão de riscos e controles internos executados no âmbito da unidade auditada; e

b) expedir normas, orientações técnicas e metodologias com vistas a suportar as atividades de gestão de riscos e controles internos desenvolvidas no âmbito da primeira e da segunda linha dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

As UAIG, no contexto de sua atuação como instância posicionada na terceira linha, devem:

a) apoiar a Unidade Auditada na estruturação e efetivo funcionamento da primeira e da segunda linha, no que se refere aos processos de gestão de riscos e de controles internos;

b) prestar serviços de avaliação e de consultoria, com o propósito de fornecer assessoria e suporte às atividades de gestão de riscos e controles internos realizadas pelas instâncias de primeira e segunda linhas; e

c) conduzir a atividade de auditoria interna com base nos pressupostos de independência e objetividade, abstendo-se de assumir papéis e responsabilidades inerentes à primeira e à segunda linha.

As Assessorias Especiais de Controle Interno, no âmbito de sua atuação como instância posicionada na segunda linha, devem:

a) fornecer orientação técnica, apoio e assessoramento em assuntos pertinentes à gestão de riscos e controle interno;

b) exercer a coordenação do processo de gestão de riscos e controle interno, quando não houver estrutura específica, definida pelo ministério, responsável pelo tema; e

c) fomentar cultura organizacional de gestão de riscos e controles internos no âmbito dos órgãos e entidades vinculados.

## SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA NORMATIVA SE/CGU Nº 204, DE 28 DE ABRIL DE 2025

Institui a Política de Sustentabilidade da Controladoria-Geral da União e o Comitê Gerencial de Sustentabilidade.

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, caput, incisos IV e V, e o art. 35, caput, incisos II, III e IV, do Anexo I ao Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023, tendo em vista o disposto na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 00190.109/10/2024-90, resolve:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política de Sustentabilidade da Controladoria-Geral da União.

§ 1º A Política de Sustentabilidade da Controladoria-Geral da União abrange as dimensões ambiental, social e de governança, promovendo práticas sustentáveis em todas as suas operações, conforme definido no Planejamento Estratégico da Controladoria-Geral da União.

§ 2º As unidades organizacionais da Controladoria-Geral da União deverão observar e implementar esta Política de Sustentabilidade em suas atividades, garantindo que suas ações estejam alinhadas aos princípios, diretrizes e objetivos estabelecidos nesta Portaria Normativa.

§ 3º Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 da Organização das Nações Unidas, o Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes do Estado Brasileiro e a Taxonomia Sustentável Brasileira, prevista no Decreto nº 11.961, de 22 de março de 2024, deverão ser observados nas ações da Controladoria-Geral da União relacionadas à Política de Sustentabilidade.

### CAPÍTULO II

#### DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins desta Portaria Normativa, consideram-se:

I - sustentabilidade - o conjunto de princípios, diretrizes, objetivos e ações que visam ao uso equilibrado e eficiente dos recursos organizacionais, à integração do desenvolvimento econômico e à proteção ambiental e justiça social, atendendo às necessidades presentes sem comprometer a capacidade de atendimento às necessidades das gerações futuras, abrangendo as dimensões ambiental, social e de governança;

II - dimensão ambiental - ações que visam a proteção e conservação dos recursos naturais e que reduzem os impactos ambientais das atividades da Controladoria-Geral da União, promovendo a economia circular;

III - dimensão social - promoção dos direitos fundamentais, da diversidade, da inclusão, da equidade e da melhoria das condições de trabalho e do bem-estar; e

IV - dimensão de governança - mecanismos de liderança, estratégia e controle que assegurem estabilidade institucional e administrativa, integridade, transparência e responsabilidade nas atividades da Controladoria-Geral da União visando ao atendimento do interesse público.

### CAPÍTULO III

#### DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios da Política de Sustentabilidade da Controladoria-Geral da União:

I - integridade;

II - transparência;

III - diversidade, inclusão e equidade;

IV - eficiência, eficácia e efetividade na utilização de recursos;

V - inovação e sustentabilidade nas práticas institucionais;

VI - responsabilidade socioambiental;

VII - sustentabilidade transversal, integrando os processos operacionais e a atuação finalística da Controladoria-Geral da União;

VIII - desenvolvimento sustentável; e

IX - economia circular.

### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES

Art. 4º São diretrizes da Política de Sustentabilidade da Controladoria-Geral da União:

I - promover a cultura de sustentabilidade em todos os níveis da Controladoria-Geral da União;

II - induzir práticas que assegurem o uso eficiente de recursos;

III - assegurar a transparência e a prestação de contas em todas as operações;

IV - incentivar a capacitação contínua dos servidores em práticas sustentáveis;

V - impulsionar a cultura de inovação aberta para enfrentamento dos desafios na Controladoria-Geral da União;

VI - fomentar transformações estruturais e de aperfeiçoamento da qualidade do gasto público por meio da eliminação do desperdício;

VII - estabelecer canais de comunicação e fomentar a integração entre todas as instâncias envolvidas na implementação da Política de Sustentabilidade;

VIII - assegurar que as políticas da Controladoria-Geral da União beneficiem de maneira equitativa os diferentes segmentos sociais, com priorização aos menos favorecidos;

IX - garantir que a atuação da Controladoria-Geral da União, em todos os seus projetos, esteja alicerçada no respeito aos direitos fundamentais e ao meio ambiente; e

X - promover a visão de longo prazo voltada ao desenvolvimento justo e sustentável.

### CAPÍTULO V

#### DOS OBJETIVOS

Art. 5º São objetivos da Política de Sustentabilidade da Controladoria-Geral da União:

I - atender aos requisitos legais, normativos e acordos governamentais aplicáveis ao desenvolvimento sustentável;

II - monitorar, prevenir e minimizar os impactos negativos, nas dimensões ambiental, social e de governança, decorrentes da prestação da atividade-fim e administrativa da Controladoria-Geral da União;

III - buscar a eficiência, a racionalidade e a qualidade do gasto público;

IV - fomentar a cultura de planejamento das contratações, com o respectivo alinhamento ao planejamento estratégico do órgão e às leis orçamentárias;

V - estimular a inovação e o aperfeiçoamento contínuo de processos, serviços, produtos e ações baseados nas melhores práticas sustentáveis;

VI - promover a internalização da temática sustentável na cultura organizacional;

VII - fomentar o intercâmbio de informações e experiências com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, com vistas ao aperfeiçoamento e promoção da gestão sustentável;

VIII - fomentar a participação em iniciativas de outras entidades ou esferas de governo que possam promover a melhoria de práticas de sustentabilidade;





IX - promover a inclusão e o respeito à diversidade e à equidade de forma a combater a discriminação que se baseie em preconceito e envolva distinção, exclusão e preferência, ou que tenha o efeito de anular a igualdade de tratamento ou de oportunidades;

X - reduzir, permanentemente, a emissão de gases de efeito estufa resultante das atividades da Controladoria-Geral da União;

XI - promover a visão de longo prazo voltada ao desenvolvimento justo e sustentável;

XII - gerir indicadores de sustentabilidade ambiental, social e de governança;

XIII - promover ações afirmativas de gênero, raça, etnia, classe e pessoas com deficiência para promoção da equidade social; e

XIV - reconhecer e premiar práticas sustentáveis no âmbito da Controladoria-Geral da União.

CAPÍTULO VI

DAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Art. 6º A Controladoria-Geral da União deverá promover a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente adequadas, socialmente justas e inclusivas e pautadas em princípios de governança.

§ 1º As ações ambientalmente adequadas devem ter como objetivo a redução dos impactos ambientais, fundamentando-se nas seguintes premissas:

I - a redução do consumo;

II - o reaproveitamento e reciclagem de materiais;

III - a revisão dos modelos de padrão de consumo; e

IV - a análise do ciclo de vida dos produtos.

§ 2º As ações socialmente justas e inclusivas devem fomentar, na instituição e em ações externas, a adoção de comportamentos que promovam o equilíbrio e o bem-estar no ambiente de trabalho por meio de atividades voltadas ao cuidado preventivo com a saúde, acessibilidade e inclusão social dos quadros de pessoal e de apoio.

§ 3º As ações pautadas pela governança devem assegurar que a Controladoria-Geral da União tome decisões responsáveis, transparentes e alinhadas aos princípios éticos e legais, contribuindo para a sustentabilidade a longo prazo e para a confiança pública, incluindo o monitoramento, a avaliação e o aprimoramento contínuo de todas as políticas e processos organizacionais, garantindo integridade e conformidade.

CAPÍTULO VII

DO COMITÊ GERENCIAL DE SUSTENTABILIDADE

Art. 7º Fica instituído o Comitê Gerencial de Sustentabilidade como instância de avaliação, monitoramento e governança estratégica e colaborativa da Política de Sustentabilidade da Controladoria-Geral da União.

Art. 8º Compete ao Comitê Gerencial de Sustentabilidade:

I - auxiliar o Comitê de Governança Interna, previsto na Portaria Normativa CGU nº 63, de 31 de março de 2023, na execução de suas competências;

II - propor ao Comitê de Governança Interna ações estratégicas alinhadas à missão e aos objetivos estratégicos sobre o tema de Sustentabilidade;

III - propor diretrizes para cumprimento da Política de Sustentabilidade da Controladoria-Geral da União;

IV - propor, avaliar e aprovar os planos decorrentes da Política de Sustentabilidade da Controladoria-Geral da União, com a indicação de prioridades e a alocação dos recursos orçamentários, se for o caso;

V - apoiar as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelas unidades da Controladoria-Geral da União;

VI - propor medidas para acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da Política de Sustentabilidade da Controladoria-Geral da União;

VII - apresentar relatório quadrimestral dos resultados de sua atuação ao Comitê de Governança Interna;

VIII - publicar suas atas em sítio eletrônico, ressalvado o conteúdo sujeito a sigilo, mediante motivação, promovendo a transparência e a prestação de contas sobre as iniciativas de Sustentabilidade na Controladoria-Geral da União;

IX - elaborar o Relatório Anual de Avaliação de Sustentabilidade para apresentação ao Comitê de Governança Interna;

X - propor ajustes na Política de Sustentabilidade da Controladoria-Geral da União, quando necessário; e

XI - exercer outras atividades definidas pelo Comitê de Governança Interna.

Parágrafo único. Os dados do exercício financeiro compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano deverão ser considerados para fins de elaboração do Relatório Anual de Avaliação de Sustentabilidade, o qual servirá de subsídio para a revisão das ações de Sustentabilidade.

Art. 9º O Comitê Gerencial de Sustentabilidade será composto por dois representantes, titular e suplente, das seguintes unidades organizacionais:

I - Secretaria-Executiva;

II - Secretaria Federal de Controle Interno;

III - Ouvidoria-Geral da União;

IV - Corregedoria-Geral da União;

V - Secretaria de Integridade Privada;

VI - Secretaria de Integridade Pública;

VII - Secretaria Nacional de Acesso à Informação;

VIII - Diretoria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade da Secretaria-Executiva;

IX - Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva;

X - Diretoria de Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva; e

XI - Controladorias Regionais da União nos Estados.

§ 1º As unidades organizacionais mencionadas nos incisos I a X do caput indicarão seus representantes.

§ 2º A Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União indicará os representantes das unidades mencionadas no inciso XI do caput.

§ 3º Os representantes indicados nos termos do § 2º representarão as Controladorias Regionais da União nos Estados em seu conjunto e exercerão suas funções pelo prazo de dois anos, prorrogável por igual período.

§ 4º Após a indicação, os representantes serão designados para compor o Comitê Gerencial de Sustentabilidade por ato da Secretaria-Executiva.

§ 5º Os membros suplentes substituirão os titulares em suas ausências e impedimentos. § 6º Poderão ser convidados para participar das reuniões do Comitê, sem direito a voto, representantes das demais unidades organizacionais da Controladoria-Geral da União, bem como representantes de outros órgãos e entidades.

Art. 10. O Comitê Gerencial de Sustentabilidade será presidido pelo representante da Diretoria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade da Secretaria-Executiva.

Art. 11. O quórum de reunião do Comitê Gerencial de Sustentabilidade é de maioria absoluta e o quórum de deliberação é de maioria simples.

Parágrafo único. O voto do Presidente do Comitê Gerencial de Sustentabilidade será utilizado como critério de desempate.

Art. 12. As reuniões do Comitê Gerencial de Sustentabilidade acontecerão quadrimestralmente em caráter ordinário e, em caráter extraordinário, sempre que convocada por seu Presidente ou pela maioria de seus membros titulares, podendo ocorrer de forma presencial, virtual ou híbrida.

§ 1º A convocação dos membros do colegiado será feita com antecedência mínima de três dias úteis para a reunião ordinária e de dois dias úteis para a reunião extraordinária.

§ 2º A pauta das reuniões e a documentação de suporte serão distribuídas de forma antecipada aos membros do Comitê Gerencial de Sustentabilidade, sempre que possível.

§ 3º Os atos do colegiado serão realizados preferencialmente por meio eletrônico.

Art. 13. Os membros do Comitê Gerencial de Sustentabilidade poderão participar das reuniões pelos meios de tecnologia da informação disponíveis.

Art. 14. Poderão ser instituídos até cinco subcolegiados vinculados ao Comitê Gerencial de Sustentabilidade para a análise de temas específicos.

§ 1º Os subcolegiados serão compostos por até onze representantes integrantes do Comitê Gerencial de Sustentabilidade.

§ 2º O prazo de duração dos subcolegiados será de, no máximo, dois anos, admitida uma única prorrogação por igual período.

§ 3º Não poderão funcionar simultaneamente mais de cinco subcolegiados.

Art. 15. A Diretoria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade da Secretaria-Executiva atuará como secretaria-executiva do Comitê Gerencial de Sustentabilidade.

Art. 16. As unidades organizacionais da Controladoria-Geral da União poderão propor ações de capacitação, conscientização, divulgação e disseminação das orientações sobre a Sustentabilidade, as quais serão apreciadas pelo Comitê Gerencial de Sustentabilidade.

CAPÍTULO VIII

DA GOVERNANÇA DA SUSTENTABILIDADE

Art. 17. Compete à Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União assegurar o alinhamento da Política de Sustentabilidade com as diretrizes e o planejamento estratégico da Controladoria-Geral da União.

Art. 18. A governança da Sustentabilidade será monitorada pelo Comitê de Governança Interna, que zelará pelo cumprimento dos objetivos estabelecidos.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. A participação como membro do Comitê Gerencial de Sustentabilidade ou de seus subcolegiados, na forma desta Portaria Normativa, será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 20. A Política de Sustentabilidade da Controladoria-Geral da União, de que trata esta Portaria Normativa, será revista a cada dois anos.

Art. 21. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EVELINE MARTINS BRITO

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA CNMP-PRESI Nº 141, DE 12 DE MAIO DE 2025

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar, do tipo 400, no valor de R\$ 6.194.986 (Seis milhões, cento e noventa e quatro mil e novecentos e oitenta e seis reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025 (LOA-2025), art. 4º, § 1º, inciso I; § 2º, inciso III; e § 10, inciso I; c/c art. 52, §1º, inciso III, da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 (LDO-2025), e a Portaria SOF/MPO nº 111, de 6 de maio de 2025, resolve:

Art. 1º Abrir no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, o crédito suplementar no valor de R\$ 6.194.986 (seis milhões, cento e noventa e quatro mil e novecentos e oitenta e seis reais) para atender programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de dotação de Reserva de Contingência autorizada na LOA 2025 do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

ANEXO

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público										
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )										
Crédito Suplementar										
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
			S	E	G	P	R	M	I	F
			F	D	D		D		U	T
									E	
0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público									6.194.986
	Atividades									
0031 20TP										6.194.986
	Ativos Cíveis da União	03 122								6.194.986
0031 20TP 5664	Ativos Cíveis da União - Em Brasília - DF	03 122	F	1-PES	1		90		0	1000
										6.194.986
TOTAL - FISCAL										6.194.986
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										6.194.986

